

O governo democrático-popular petista em Piracicaba (1989-1992)*

*José Machado*¹

Introdução

O escopo do presente capítulo não é propriamente de esmiuçar e avaliar exaustivamente as medidas administrativas e as políticas públicas da minha gestão à frente da Prefeitura de Piracicaba no período de 1989-1992. Esse mister exigiria um mergulho profundo de pesquisa documental, tarefa para os pesquisadores. Ademais, isso demandaria um espaço que não se dispõe aqui. Nessa perspectiva, o que será focalizado aqui, em primeiro lugar, é uma tentativa de explicar, segundo a minha ótica, como foi possível uma candidatura do Partido dos Trabalhadores ter saído vitoriosa nas eleições de 1988, considerando a compreensão explícita corrente de que se trata de um partido de esquerda, declaradamente socialista, como está expresso no seu manifesto de fundação, bem como o fato de Piracicaba ser reconhecidamente uma cidade representativa do conservadorismo, que impera hegemonicamente nas cidades interioranas do Estado de São Paulo. Depois, serão apresentadas considerações sobre a governabilidade, buscando explicar como foi possível governar, de um lado, com poucos recursos orçamentários e financeiros, num quadro de crise econômica nacional, com recessão e inflação galopante

* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.110-137

¹ Foi Prefeito de Piracicaba (1989-1992). Deputado Estadual (1986-88). Deputado Federal (1995-2000). Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (2005-09). Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente (2010).

e, de outro, enfrentando uma correlação de forças amplamente desfavorável na Câmara Municipal, já que o PT não fizera aliança eleitoral e elegera quatro vereadores de um total de dezenove possíveis. Por fim, serão identificados quais projetos concretizados ou deflagrados ao longo dos quatro anos de governo, face aos desafios enfrentados, se constituíram em “marcas de governo” e podem ser considerados como detentores de viés moderno e progressista².

Antecedentes

Os episódios que relatarei a seguir não estavam no escopo original do presente capítulo, mas achei importante resgatá-los, mesmo que superficialmente, para ajudar a compreender meu perfil político e a iluminar o caminho que percorri e que culminou com a minha eleição como prefeito de Piracicaba, em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores.

A minha formação política se inicia com a inserção no movimento estudantil nos idos de 1968, quando ingressei na USP para cursar Ciências Econômicas. Essa militância me custou uma prisão (1969) e condenação (1970) pela Ditadura Militar, que me manteve preso por um ano e três meses. Em razão disso, perdi o emprego no Banespa, no qual ingressei por concurso. Deixei o Presídio Tiradentes em janeiro de 1971, voltei para a Faculdade de Economia e arrumei emprego como auxiliar técnico.

²Imensamente agradecido, dedico este capítulo à aguerrida militância do PT, que me ajudou a vencer as eleições e a governar; aos companheiros Renato Maluf e João Jerônimo Monticelli, que coordenaram com muita sabedoria e dedicação à campanha vitoriosa; ao saudoso Alexandre Alves, o meu companheiro de chapa e de governo; às competentes e dedicadas equipe de governo e bancada do PT na Câmara Municipal e, na pessoa de Janet, a minha companheira de todas as horas, aos meus familiares, cujo apoio e compreensão nunca me faltaram.

Trabalhando de dia e frequentando aulas à noite, tornei-me economista em 1975. A essa altura já estava casado e com uma filha. Apesar de seguir mantendo relações sociais com os egressos da cadeia e os seus familiares, nas quais o diagnóstico político do país sempre era um assunto, não me envolvi em atividades políticas que pudessem ser caracterizadas como comprometedoras e me levassem de volta para a cadeia. Subscrevi manifestos pelo fim da tortura, contribuí financeiramente com vaquinhas para bancar a defesa de companheiros presos, entre outras ações, mas não passei disso. Enfim, acautelei-me.

Em 1976, inscrevi-me, fui aprovado e admitido para o Mestrado em Economia na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Deixei o emprego em São Paulo e me mudei com minha esposa e filha para Campinas para essa nova etapa. Não tinha certeza se queria seguir carreira universitária, mas era uma cogitação. De todo modo, queria muito aprofundar-me na compreensão sobre os grandes desafios econômicos do país, na perspectiva de contribuir com o debate que se insinuava nos estertores da Ditadura. Atraiu-me na UNICAMP um corpo de professores com viés progressista, que tinha um lastro teórico baseado no marxismo, diferente, portanto, do que conheci na Faculdade de Economia da USP.

A deflagração da saga piracicabana

A bolsa que recebia para fazer o mestrado mal dava para o sustento da família. Em 1977, chegou outra filha e aí a coisa apertou, exigindo que eu buscasse alternativas complementares. Nesse mesmo ano de 1977, aceitei um

convite para dar aulas no curso de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.

Com a credencial de mestrando da UNICAMP e tendo demonstrado comprometimento e capacidade docente, em 1979 fui convidado para assumir a então recém-criada coordenação do curso de Economia da UNIMEP, um cargo em tempo integral, com a obrigatoriedade de ministrar um número relativamente pequeno de aulas, porém com uma remuneração que superava a soma dos proventos da bolsa da UNICAMP com a remuneração das aulas que ministrava na UNIMEP. Animei-me com essa perspectiva, até porque o prazo da minha bolsa estava prestes a expirar e não havia no horizonte alternativa melhor. Consultei a minha esposa e decidimos aceitar o convite. Mudamo-nos de mala e cuia para Piracicaba em meados de 1979. Em janeiro de 1980, nasce o terceiro filho. A saga piracicabana se insinua irremediavelmente na minha vida!

Agora cidadão “caipiracicabano”, naturalmente e com a devida parcimônia, fui me aprofundando no conhecimento das suas nuances de cidade interiorana de porte médio, com o sotaque típico dos seus habitantes e da sua fama de forte apego às tradições conservadoras.

O exercício de coordenador de curso na UNIMEP foi a minha primeira experiência de comando administrativo e de exercício efetivo de liderança, ainda que muito restrita perante alunos e professores e, quem sabe, foi essa circunstância que despertou em minha consciência a aspiração por voos mais ousados.

Como reflexo do que acontecia no país, Piracicaba vivia então sob forte germinação política. Governava a cidade o prefeito João Herrmann Neto (gestão 1977-1982), pelo antigo MDB. Irrequieto, controvertido, irreverente e, para

muitos próceres do conservadorismo piracicabano, irresponsável, pois fustigava a elite local, João (como o chamavam) fazia um governo de oposição à Ditadura Militar e de feição popular. Ele recrutou para assessorá-lo colaboradores da esquerda, que o ajudaram a promover projetos avançados para a época em várias áreas, sobretudo na Saúde. Ademais, concebeu os Centros Comunitários, espaços populares nos bairros periféricos para a discussão de problemas e reivindicações. Com o seu apoio, germinou o que se intitulou MDB Jovem, cujo objetivo era questionar o mandonismo que imperava no partido localmente, projetar novas lideranças e contribuir para consolidá-lo como oposição à Ditadura.

Paralelamente, a UNIMEP também protagonizava essa germinação política. De um lado, os professores se articularam para criar a Associação dos Docentes, que se constituiu num núcleo de resistência à Ditadura. De outro, no seio da Igreja Metodista, preponderou o peso da sua ala progressista, culminando na nomeação do Professor Elias Boaventura para Reitor da instituição, no intuito de colocá-la numa outra perspectiva universitária, voltada ao questionamento do autoritarismo no país, ao desenvolvimento de um ensino crítico das desigualdades sociais brasileiras e à promoção de um projeto de extensão universitária voltado aos interesses populares.

Em outubro de 1980, sob os auspícios de João Hermann Neto e Elias Boaventura, realizou-se em Piracicaba o 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes, o qual, apesar das ameaças e críticas oriundas de setores conservadores e de direita, reuniu milhares de estudantes de todo o país e foi um sucesso absoluto. O atual Presidente Lula, à época já na condição de dirigente máximo do PT, fundado em 10 de

fevereiro daquele mesmo ano, compareceu e discursou na abertura do Congresso.

Liderança que se desabrocha: a tarefa de organização do PT em Piracicaba e região

A conjuntura do país, que apontava francamente pela derrocada da Ditadura, e o ambiente político efervescente na cidade e particularmente na UNIMEP, meu local de trabalho, induziram-me à tarefa de contribuir para a organização local do Partido dos Trabalhadores. Entusiasmava-me a perspectiva de construir algo que se anunciava novo: um partido de massas, protagonizado pelos trabalhadores, democrático e erigido de baixo para cima.

Caí de cabeça nessa tarefa partidária, com a preocupação de realizá-la sem comprometer a minha responsabilidade funcional na universidade, ou seja, prevalecendo-me dos horários de folga, sobretudo aos sábados e domingos. Foram nesses momentos que participei ativamente da promoção de reuniões, seja com os colegas professores também motivados para a causa, seja com pessoas da classe trabalhadora residentes nas periferias da cidade, tendo em mente a disseminação e a organização de núcleos de base, na perspectiva de vertebrar o futuro diretório municipal do partido.

Sobressaindo-me, fui eleito pelos pares sucessivamente presidente da Comissão Provisória e depois do Diretório Municipal do PT de Piracicaba, formalizado em 1981. Nessa condição, vi-me envolvido nos debates e tarefas organizativas que o partido promovia no âmbito regional e estadual e, sem falsa modéstia, tornei-me conhecido e respeitado. Nas eleições de 1982, tendo Lula como candidato a governador de São Paulo e Renato Maluf como candidato a prefeito

de Piracicaba, fui candidato a deputado estadual, com forte apoio na região de Piracicaba, tendo recebido votação próxima a 20 mil votos, considerada à época muito expressiva, embora não tenha sido suficiente para me eleger.

Como decorrência desses fatos, envolvi-me na articulação para a formação de chapa que concorreria à direção estadual do partido. Eleito membro do Diretório Estadual, fui guindado à segunda vice-presidência da sua Executiva, na qual recebi a tarefa de coordenar a organização do partido em todo o interior do Estado de São Paulo. Até hoje não consigo compreender como foi possível tamanho acúmulo de responsabilidades políticas, tendo que dar conta da atividade docente e administrativa na universidade e cuidar para não relegar a família ao abandono.

Não tinha uma exacerbada ambição política, mas o entusiasmo pela missão e a lacuna de lideranças, natural num partido nascente, impunha-me a assunção de responsabilidades cada vez mais amplas e complexas.

Nas eleições de 1986, saí vitorioso e me elegi deputado estadual, com uma votação muito próxima à que havia obtido em 1982. Contudo, em Piracicaba, significando ainda a pequena inserção e representatividade que o PT e eu tínhamos na cidade, obtive uma votação pequena, algo em torno de cinco mil votos, ou seja, um quarto da votação total. Os outros três quartos foram obtidos nas cidades da região, sobretudo, Limeira, Santa Bárbara D'Oeste, Americana e Rio Claro, na Capital e, numa proporção menor, em outros nichos no interior do estado, onde fui apoiado pela militância.

O debate que fizemos no partido sobre a pequena votação que tive em Piracicaba nessa ocasião concluiu que era necessário investir na minha liderança e acumular força, almejando alcançar objetivos partidários mais ousados no futuro.

Essa compreensão redundou na diretriz de colocar meu nome para a disputa da prefeitura da cidade nas eleições vindouras de 1988, mesmo reconhecendo-se que a vitória se apresentava difícil senão impossível. Como desdobramento, outra diretriz foi a de direcionar minha atuação na Assembleia Legislativa para uma pauta que dialogasse fortemente com a realidade local. Nessa perspectiva, com o apoio da bancada do PT, assumi a presidência da Comissão de Assuntos Municipais na ALESP e, ali, entre outras atividades, trouxemos o debate sobre a despoluição do Rio Piracicaba, que era um pleito regional no âmbito da respectiva bacia hidrográfica, porém com forte incidência em Piracicaba. Isso deu visibilidade ao mandato, abriu portas na mídia local e permitiu uma maior interlocução com os formadores de opinião na cidade.

Assim, mostramos as nossas credenciais para a disputa em 1988.

A campanha vitoriosa de 1988

Naquele ano de 1988, o país respirava uma atmosfera democrática e ferviam os debates sobre o seu futuro, na sociedade e no Congresso Nacional, transformado em Assembleia Nacional Constituinte, cujo trabalho resultou na promulgação da Carta Magna brasileira no dia 5 de outubro desse mesmo ano.

Em Piracicaba, o governo municipal peemedebista do então prefeito Adilson Maluf, no seu segundo mandato, de caráter conservador, estava muito desgastado, primeiramente porque havia uma crise econômica no país, com reflexos no orçamento municipal, que o impedia de realizar grandes obras e de prestar serviços públicos de qualidade e, ademais, porque

o seu longo mandato de seis anos cobrava o preço do cansaço perante a população.

Para a disputa das eleições municipais na cidade, naquele ano se apresentaram quatro candidatos: o Deputado Federal João Hermann Neto, o deputado estadual Jairo Matos, o vice-prefeito Antônio Faganello e eu. Em outras palavras, os quatro postulantes detinham mandato eletivo. João Hermann Neto, pelas razões que já apontei anteriormente, era favoritíssimo e quem se supunha credenciado para vencê-lo era Jairo Matos, que era bem conhecido na cidade, possuía uma emissora de rádio e era fundador e dirigente do Lar dos Velhinhos, uma prestigiada entidade assistencial. Faganello, apesar de ter sido vereador e na época fosse o vice-prefeito, não gozava de popularidade e prestígio suficientes para ameaçar os dois primeiros e, além disso, padecia do desgaste do governo ao qual pertencia. Eu, como expliquei anteriormente, também não possuía as credenciais para concorrer com chances de vitória.

Lutei internamente no partido e consegui, para que meu companheiro de chapa fosse o saudoso Doutor Alexandre Alves. Conceituado, alegre, apesar de tímido, Alex, como o chamávamos, tinha tido militância política na Faculdade de Medicina da UNICAMP, onde se formou, como base do Partido Comunista do Brasil e, nessa condição, participou do movimento sanitarista nacional, que culminou com a criação do Sistema Único de Saúde.

Iniciamos a campanha em condições muito precárias. Não tínhamos dinheiro suficiente para estruturar algo minimamente razoável em termos de organização de campanha; o nosso material impresso de apresentação das propostas era sofrível, em termos de qualidade estética, e animava os nossos minicomícios nos bairros uma dupla

sertaneja desafinada, que tinha como palco a carroceria de uma kombi caindo aos pedaços, a qual também servia como nosso palanque para nos dirigirmos ao pequeno público, que, eventualmente, tinha curiosidade de nos ouvir. O maior trunfo da campanha era constituído pela garra de poucos militantes, que não mediam esforços para arregimentar as pessoas e distribuir o material impresso, além de, claro, a veemência dos nossos discursos.

Apesar dessa situação adversa, não perdemos o ânimo e prosseguimos os nossos propósitos, certos de que a campanha, embora não nos incutisse a ilusão da vitória eleitoral, nos propiciaria exposição pública e reforçaria nossa imagem como liderança na cidade.

Não tenho nítida lembrança sobre a primeira pesquisa de intenção de voto divulgada à época. Vagamente, lembro-me de que João Herrmann estava disparado na frente, secundado por Jairo e com Faganello e eu na rabeira, como era de se esperar. Sem capacidade de conseguir informações seguras sobre a evolução das intenções de voto, confiávamos no diz-que-diz das ruas e na percepção do sentimento das pessoas com quem dialogávamos no corpo-a-corpo. Havia alguma receptividade ao meu nome, as pessoas me recebiam bem, mas nada suficiente para nos trazer alguma ilusão.

Até que, na reta final da campanha, a uns trinta dias antes do pleito, a repetidora da TV Globo de Campinas (hoje EPTV) anunciou a realização de dois debates entre os candidatos a prefeito de Piracicaba. O primeiro foi cancelado, porque João Herrmann alegou que não poderia se ausentar de Brasília, em razão de votações importantes na Constituinte. Restou a confirmação de um único debate, programado para um domingo pela manhã, ao vivo.

Compareci ao debate sem nenhuma experiência anterior com esse tipo de evento e, por outro lado, embora conhecesse os principais problemas da cidade e tivesse propostas, não estava, essa é a verdade, preparado suficientemente para ter um bom desempenho. Contudo, como a minha expectativa eleitoral era quase nula, não fui tomado pelo nervosismo exacerbado e entrei em cena relativamente tranquilo. Já João Herrmann estava autoconfiante e, ao seu estilo, abusando da estatura física e política, dominou o ambiente do estúdio.

O que importa registrar aqui sobre esse debate, que significou uma reviravolta na minha campanha é que, sorteado para me dirigir uma pergunta, João, decidido a explorar o meu relativo desconhecimento das profundezas da administração pública e da realidade piracicabana, perguntou-me: “Você sabe onde fica o Curral da prefeitura?”. Como todo bom caipira do interior, eu sabia o significado da palavra curral, mas não tinha a menor ideia sobre o seu significado no âmbito da administração municipal local e muito menos sabia onde ficava. Devidamente preparado para não mentir e nem tergiversar, respondi serenamente que não sabia. Na réplica, João então adota uma pose arrogante e professoralmente se põe a explicar que o Curral da Prefeitura era onde se recolhiam animais equinos e bovinos encontrados nas vias públicas, que para liberá-los, os seus proprietários tinham que pagar uma multa e explicou a sua localização. Veio a tréplica, olhei para a câmera e pausadamente bati palmas e exclamei com evidente ironia: “Parabéns, João! Medalha de ouro pra você! (inspirei-me nas Olimpíadas daquele ano). Estou impressionado com seu competente conhecimento sobre o Curral da Prefeitura. Agora, convenhamos, eu imaginava que debateríamos aqui os problemas centrais e urgentes da cidade, como Educação, Saúde, Transporte Coletivo, por exemplo, e

não essa questão tão banal. Você está rebaixando o nível do debate”. A câmera focaliza o semblante desconcertado de João. Bingo!

Terminado esse debate, eu estava aliviado, com a sensação de que não decepcionara, mas evidentemente não tinha a menor ideia sobre o impacto nos telespectadores. Cheguei em casa e fui almoçar com a família. Toca o telefone. Uma senhora que se identificou como funcionária do Banco do Brasil me disse: “Professor Machado, tenho uma família grande aqui em Piracicaba e estamos reunidos para um almoço. Vimos o debate na TV e decidimos votar em peso no senhor”. Pensei com meus botões, fiquei feliz, é claro, comentei à mesa com minha esposa, mas não tirei maiores conclusões.

No dia seguinte, logo cedo, Alex e eu tínhamos uma atividade de panfletagem e corpo-a-corpo numa feira de bairro, se não me engano no Bairro São Dimas. Entramos na feira e fomos recebidos entusiasticamente, com tapinhas nas costas: “Vimos o senhor ontem na TV e o senhor acabou com o João. Vou votar no senhor”. Um feirante disse: “Senhor Machado, deixe seu material aqui na banca. O senhor arrasou ontem”. Alex e eu ficamos exultantes, mas sem entender nada. O que significava aquilo? Essa foi uma constante nos dias que se sucederam. A ficha caiu de vez quando fomos visitar uma empresa metalúrgica de porte médio. O dono da empresa que nos recebeu na sua sala foi logo avisando:

Não gosto do PT e, portanto, não contem com meu voto. Aceitei recebê-los porque os demais candidatos já estiveram aqui e não seria justo negar isso pra vocês. Vou liberar a fábrica para vocês cumprimentarem os operários, mas não vou parar a produção. Um encarregado vai acompanhá-los.

Adentrando a área de produção, nos deparamos, como era de se esperar, o barulho típico das máquinas e os trabalhadores concentrados nos seus misteres, devidamente protegidos nos olhos e nos ouvidos com os dispositivos de segurança. Ora nos cumprimentavam com o meneio da cabeça, ora levantavam o polegar em sinal de positivo, ora indicavam com o dedo o adesivo pregado na máquina, que exibia a minha foto e a estrelinha vermelha do PT. Não houve diálogo, apenas sinais eloquentes. Meu Deus, pensei, vamos ganhar essa eleição!

Depois da visita à fábrica, Alex foi me levar até a minha casa. No caminho, uma explosão de exclamações eufóricas. Ao chegarmos, ele desligou o carro e, carregado de perplexidade, nunca vou me esquecer, me perguntou: “Machado, você é rotariano? Não. Você é maçom? Não. Você é sócio do Clube de Campo? Não. Eu também não. Então, caralho, por que diabo você acha que podemos ter chance de ganhar a eleição?”. Rimos à larga.

O cavalo estava passando arriado e era necessário dar um freio de arrumação na campanha. A coordenação e eu decidimos então por esse objetivo, que requeria contratar serviços especializados de marketing político e investir na melhoria da qualidade dos materiais de campanha, o que, por sua vez, implicaria ampliar a disponibilidade de recursos financeiros. Passar o chapéu junto a empresas para arrecadar recursos para a campanha era um tabu no PT. Principista, o núcleo dirigente do partido em Piracicaba, no qual me incluía, era arredo a essa ideia, mas sucumbiu aos argumentos.

Um jovem casal de arquitetos, que se vestia como hippies e se assumia como tal, foi contratado e incumbiu-se da tarefa de produzir peças publicitárias para a reta final da campanha e o resultado oferecido foi estupendo, cheio de

imaginação, promovendo uma mudança estética radical, que contribuiu fortemente para a impulsão da mobilização nas ruas.

Naqueles dias decisivos, ao final de cada jornada nos reuníamos para fazer um balanço, que melhorava continuamente. Jovens estudantes treinados e contratados pela coordenação passaram a fazer diariamente pesquisa de intenção de voto pelo método de pesquisa de fluxo, nas ruas e logradouros mais movimentados do centro da cidade, sem preocupação científica, mas para aquilatar tendência. Os resultados eram animadores: pau a pau com João Herrmann. Uma pesquisa patrocinada pela EPTV, divulgada uns 15 dias antes das eleições, confirmou essa polarização. No dia 9 de novembro, a quatro dias antes do pleito, a edição do Jornal de Piracicaba publicou uma pesquisa da sua responsabilidade, dando-me a vitória.

Chega o dia das eleições. 13 de novembro de 1988. A boca de urna fervia e a cidade estava dividida ao meio. Percorrendo as seções eleitorais, a recepção dos votantes a mim era muito animadora. Após o encerramento do pleito, todas as urnas foram depositadas no ginásio de esportes da ESALQ-USP e ali seria feita a apuração dos votos. Excitada emocionalmente e com a imaginação a mil, a nossa militância, alegando fatos incomprovados de outrora, estava receosa quanto a um roubo de urna e decidiu que alguns dormiriam do lado de fora no ginásio para fazer a guarda.

Na segunda-feira, inicia-se a apuração dos votos. Havia muita gente no ginásio da ESALQ e muitas provocações de parte a parte. A militância estava preparadíssima para fiscalizar o processo de apuração e recebera a orientação para não baixar a guarda.

Na apuração, houve um momento em que o juiz eleitoral teve que subir numa mesa e fazer ameaças para acalmar os ânimos. No primeiro dia, a apuração terminou comigo na liderança, com uma diferença apertada. No dia seguinte, idem. Um repórter de rádio da cidade, correligionário de João Herrmann, vociferava, dizendo que quando fossem apuradas as urnas da periferia, a virada seria inevitável. Mas não foi isso que aconteceu. Mesmo nas urnas dos bairros periféricos, nas quais se esperava um estouro na votação de João, dada a sua reconhecida popularidade, havia uma alternância, ora ele na frente, ora eu, por margem muito pequena. Por outro lado, nas urnas dos bairros de classe média, eu ia abrindo uma diferença continuamente. Na quinta-feira, dado o clima pesado, fui orientado a não ir para o ginásio e acompanhar tudo pelo rádio, em casa. Lembro-me de que, nesse dia, a minha esposa Janet, os meus filhos Joana, Júlia e Virgílio, o meu irmão Osvaldo, que nos visitava, e eu fomos fazer um piquenique na beira do rio Piracicaba, com o radinho a tiracolo. A totalização dos votos apurados até então indicava uma pequena diferença minha em relação ao João. Faltava apurar os votos das urnas do Bairro da Vila Rezende, um bairro populoso de tradição operária, por sediar ali unidades da empresa metalúrgica Dedini, mas muito conservador e de tradição religiosa. O conservadorismo desse bairro nutria a nossa expectativa de que a votação de João ali não teria sido alvissareira, mas essa era apenas uma hipótese. Suspense no ar! O que trará de resultado a primeira urna a ser aberta naquela manhã de sexta-feira, último dia de apuração? Uau! Venci de lavada. Não demorou e o repórter de rádio, justamente aquele ligado a Herrmann, liga para minha casa e pede a prerrogativa de ser o primeiro a cumprimentar o futuro prefeito de Piracicaba.

Venci as eleições de 1988, porque João Herrmann, apesar de ter realizado anteriormente como prefeito um mandato de feição popular, tinha uma rejeição absurda na classe média; porque a conjuntura política do país favoreceu; porque a pequena (numericamente) militância do PT fez a sua parte e porque demonstrei algum talento na defesa de ideias programáticas para enfrentar carências sociais e infraestruturais básicas da cidade. Isso também ocorreu, porque, enfim, por sensata lucidez, não fizemos uma campanha ancorada numa retórica de esquerda radical. Pelo contrário, a campanha se apoiou num discurso moderado, calcado nos problemas concretos da população piracicabana, sobretudo ressaltando a sua porção socialmente mais vulnerável e o enfrentamento do déficit de estrutura social existente na cidade. Há quem diga que demonstrei também capacidade de criar empatia com o eleito.

Os preparativos para a posse

Uma coisa é o discurso de campanha, outra, bem diferente, é a tarefa concreta de governar, sobretudo em condições adversas. Esse dilema me assaltou nos poucos dias que antecederam à posse.

Os relatos da comissão de transição, indicada por mim para avaliar a situação da prefeitura do ponto de vista de sua capacidade administrativa e financeira foram deveras preocupantes: orçamento e disponibilidade financeira limitados em razão do comportamento tímido da arrecadação; frota de veículos leves, caminhões e máquinas sucateada; estoques de materiais praticamente inexistentes; nenhum contrato vigente com terceiros que pudesse suprir ou mitigar esse déficit da capacidade própria da prefeitura. Essas circunstâncias adver-

sas e a impossibilidade de solucioná-las com rapidez, obviamente, impossibilitariam o enfrentamento adequado das inundações em algumas áreas críticas e os estragos nas vias carroçáveis urbanas e rurais provocados pelas chuvas torrenciais dos primeiros meses do ano, afora o crescimento do mato nas calçadas e praças públicas.

Duas outras circunstâncias preocupantes eu já constataria na campanha e foram confirmadas na preparação da posse. A primeira era que havia uma desmotivação generalizada entre os servidores municipais, em razão, sobretudo, de salários defasados e corroídos pela inflação galopante então vigente. A segunda era o Serviço Municipal de Água e Esgotos – SEMAE, que padecia de um déficit orçamentário-financeiro significativo e estava à mercê da defasagem do valor das tarifas praticadas pela autarquia para a prestação dos serviços no contexto de inflação galopante já referido. Esse déficit não apenas inviabilizava a cobertura dos gastos de operação e manutenção do sistema de água e esgotos, como também a realização de investimentos, por mínimos que fossem, para expansão e melhoria do sistema, sem falar que a frota de máquinas e veículos da autarquia também estava sucateada. O buraco orçamentário-financeiro para a mera operação e manutenção do SEMAE, que incluía o pagamento da folha salarial, era coberto por repasses da prefeitura, a qual, conforme já assinalado, padecia do comportamento ruim das suas receitas. Esse fato agravava sobremaneira o desempenho da administração na prestação de serviços públicos, particularmente os referentes à zeladoria da cidade, mas não só, pois assombrava também a necessidade de realizar despesas imediatas para as políticas públicas em áreas essenciais, como Educação, Saúde e Transporte Coletivo.

Com essas preocupações que me faziam perder o sono, pus-me, juntamente com a direção do PT, a montar a equipe de governo. Fomos buscar quadros na universidade, com destaque para a UNIMEP, onde lecionava e tinha um amplo elo político e que era um dos núcleos onde se erigiu o PT de Piracicaba. Não era apenas a competência técnica que nos interessava, mas, sobretudo, como um atributo da esquerda, a afinidade programática e a férrea disposição militante dos futuros secretários e assessores, pois somente assim, com garra e competência, seríamos capazes de relativizar as limitações que se antepunham ao futuro governo e garantir um mínimo de governabilidade diante das expectativas da população. Essa governabilidade, ademais, estava colocada em xeque diante da correlação de forças adversa na Câmara Municipal, conforme assinalei anteriormente, e por uma certa desconfiança, que permeava a elite local quanto à capacidade administrativa e à resiliência de um prefeito de esquerda e, além disso, “estrangeiro”, ou seja, recém-chegado à cidade e pouco entrosado socialmente.

A propósito dessa desconfiança, lembro-me de que, antes da posse, foi-me solicitado um encontro com o presidente da Caterpillar do Brasil, empresa multinacional, montadora de máquinas pesadas, sediada em Piracicaba. Nesse encontro, cordial, mas permeado de alguma tensão, fui sem rodeios questionado se a empresa poderia se tranquilizar quanto à postura do novo governo municipal de não opor óbices ou dificuldades às suas atividades. Embora não verbalizado, havia no ar o receio de que o governo do PT estimularia tensões de classe, apoiaria greves trabalhistas e coisas assim. Embora a atitude da Caterpillar pudesse ser considerada representativa sobre o que pensava - e temia - a elite piracicabana, ela foi muito amena e sutil quando

comparada ao editorial do Jornal de Piracicaba na edição do dia 19 de novembro de 1988, dia seguinte ao da vitória, assinado pela sua proprietária, Antonieta Rosalina. Vejamos alguns excertos desse editorial:

O Sr. José Machado é economista, professor universitário, pessoa culta, honesta, nada havendo em seu passado que o desabone. Agora ele é governo. É situação, vidraça, digamos assim mais chão a chão, mais raso e claro. Não podemos acreditar que ele se disponha a acobertar estados de greve, desordens, desarranjos, ataques a empresas, pelo simples motivo de que ele vem de um partido com ideias revolucionárias...Se o PT ameaçar a livre iniciativa, nós da livre iniciativa vamos ter que nos arregar para enfrentar o PT...Que venha o PT e vamos recebê-lo como adultos, sem falsos medos e dispostos ao diálogo, a respeitar e a nos fazer respeitar.

Nessa mesma edição do JP, em uma matéria de capa, faz-se referência a uma declaração minha em entrevista coletiva após o anúncio da vitória, na qual afirmo pretender “...fazer um governo municipal democrático e popular, sem retaliações...estar aberto ao diálogo com as forças políticas e que a administração será feita por mim, mas com a cara do PT”. Mesmo sem conhecer previamente a posição desse jornal, conforme o referido editorial, a minha declaração apresentava, com clareza, as credenciais do futuro governo, externando a compreensão, não necessariamente convergente com o que pensava uma parcela minoritária do PT local, sobre o caráter político-ideológico da administração municipal sob minha responsabilidade no mandato, que se estenderia de 1989 a 1992.

O momento histórico que vivíamos no país naqueles anos, após o fim da Ditadura Militar e a promulgação da

Constituição de 1988, era de redemocratização e de construção e consolidação de direitos sociais, circunstâncias que indicavam para a esquerda uma perspectiva de acúmulo de forças e da construção de um campo democrático capaz de preparar o terreno, disputar a hegemonia e criar as condições para a transformação da sociedade. Nesse contexto, disputar eleições, visando conquistar mandatos parlamentares ou administrativos, constituía-se numa vertente partidária que se conjugava de modo inseparável à diretriz de levar consciência política aos trabalhadores e organizá-los politicamente de baixo para cima.

Em nenhum momento, portanto, durante a campanha eleitoral e mesmo depois, no transcorrer do governo, alimentei ou expressei qualquer pretensão de fustigar a elite local com retórica ou atos concretos radicais de cunho ideológico, pelo contrário, pois para mim estava claro que isso não tinha efeito prático nenhum, pois colocaria o governo nas cordas desnecessária e inútilmente. Essa era uma compreensão majoritária no PT e ditou o que veio a se intitular o “modo petista de governar”, marca daquela geração de prefeitos e prefeitas eleitos em 1988. Isso significava, sobretudo, inverter prioridades na formulação e concretização das políticas públicas, enfatizando o enfrentamento das carências sociais e, para além da democracia formal elitista, investir na criação de canais de participação popular direta na definição dessas mesmas prioridades, dos quais o Orçamento Participativo se constituiu no canal mais emblemático. Sem esconder esses propósitos inegociáveis, procuramos, por outro lado, e sem qualquer reticência, dialogar com o conjunto da sociedade, tomando iniciativas que atendessem ao interesse geral.

Tratemos de governar, pois não?

Cientes dos desafios, mas cheios de confiança, a minha equipe e eu, a partir do dia 1º de janeiro de 1989, mergulhamos na tarefa de governar Piracicaba. A nossa orientação geral de partida era suar a camisa, botar o cérebro para funcionar, criar um ambiente de diálogo que favorecesse a liberdade criativa dos servidores nas várias áreas e interagir com a comunidade. Acreditávamos que esse ímpeto proativo neutralizaria as desconfiças reinantes, propiciando um clima favorável ao enfrentamento das dificuldades.

Praticamente enfrentamos e procuramos soluções, mesmo que parciais, para todas as questões que afetam o dia a dia de uma cidade e da sua população. Mesmo com as limitações já referidas anteriormente sobre a reduzida capacidade administrativo-financeira da prefeitura e sabedores de que não poderíamos contar com a ajuda do governo federal e nem do governo estadual (nem linhas de financiamento havia), mas nos valendo da vontade política e da imaginação criativa, fomos gradativamente ampliando a oferta e a qualidade dos serviços públicos em todas as áreas. A minha equipe de primeiro escalão, um pequeno corpo de assessores e eu nos multiplicamos e abrimos um amplo mutirão dialógico com os servidores da prefeitura e com os munícipes em geral, na intenção de nos aprofundarmos no conhecimento das suas demandas mais candentes e nas alternativas para atendê-las, mesmo que fosse parcialmente. Entendemos que era necessário gerar empatia com a comunidade, convencê-la de que éramos parceiros e de que não faltariam esforços da parte da nova administração. Com os servidores, a intenção era atraí-los para o projeto de governo de modo que se sentissem motivados e vestissem a camisa, como uma fórmula inicial para mitigar a defasagem

salarial então existente e que os desalentava. Orientei cada secretaria para responder com agilidade todas as solicitações e questionamentos dos vereadores e vereadoras.

Esse processo de diálogo e de mobilização de vontades atenuou as expectativas reticentes da sociedade em geral que havia no início do governo e permitiu que os projetos desabrochassem continuamente no interior das secretarias, dando forma e conteúdo ao governo. Cabe asseverar, contudo, que essa afirmativa não deve levar à conclusão de que tudo foi fácil e idílico. Pelo contrário, a caminhada foi tensa e eivada de conflitos.

Governamos sob tensão permanente, tanto por conta da pesada pressão reivindicatória dos setores populares que vislumbraram a oportunidade de ver atendidas as suas causas perante um governo democrático, quanto pela oposição partidária, que se expressava, sobretudo, no plenário da Câmara Municipal, onde a nossa aguerrida e qualificada bancada resistiu como pôde, mas era amplamente minoritária, e nos jornais e emisoras de rádio que não pouparam críticas ácidas ao governo, muitas delas de caráter oportunista e partidarizado. Era comum os jornais estamparem fotos na primeira página, com estardalhaço, para revelar suposto abandono ou descuido na manutenção de uma praça ou de uma via pública. Ademais, eles veiculavam nas manchetes garrafais as seguidas majorações das tarifas de ônibus e dos serviços de água e esgotos, as quais, com coragem e determinação, éramos obrigados a praticar em razão da inflação elevada, para impedir a deterioração desses serviços. Havia também uma crítica dura de um setor sectário do PT local, amplamente minoritário, que considerava o governo conciliador e distante da luta de classes. Reivindicava-se que o

governo fosse para o confronto na Câmara Municipal e na sociedade³.

Há que se reconhecer, por outro lado, que perdemos a batalha da comunicação, aliás, um defeito dos governos de esquerda. A nossa política nesse terreno se revelou deficiente, senão ingênua ou equivocada, pois abdicou de fazer o enfrentamento necessário, de modo a qualificar adequadamente o embate político.

De todo modo, no balanço de final de governo, apresentado à população piracicabana, a título de prestação de contas, foi possível contabilizar uma miríade de programas e projetos extremamente ampla e diversa, demonstrando cabalmente a inversão de prioridades e que a vontade política se sobrepôs às dificuldades e limitações encontradas ao longo do governo, contornando o chororô e tirando leite de pedra.

Trago aqui, correndo o risco de me esquecer de algo, uma alentada lista de iniciativas e realizações, elencadas sem ordem hierárquica e sem aprofundamento.

1. Urbanização de favelas, uma exigência do movimento popular: arruamento, rede de água e coleta de esgotos, energia elétrica, coleta de lixo;
2. Cultura nos bairros: dança, música, teatro nos centros comunitários e escolas;
3. Desporto de base: o esporte e o lazer como um direito de todos;
4. Transformação do “lanchinho” em refeições “de fato” nas creches e pré-escolas municipais e nas escolas de ensino fundamental do estado;

³ Uma referência importante para a compreensão desse contexto é a Tese de Mestrado “Esquerda e Poder: A Gestão Petista na Prefeitura de Piracicaba (1989-1992)”, defendida por Jefferson Oliveira Goulart em 1996, junto ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

5. Obras e adaptações para elevar o número de vagas e garantir o acesso de crianças oriundas de famílias pobres às creches e pré-escolas municipais;
6. Programa de Educação de Adultos pelo Método Paulo Freire;
7. Implantação do Observatório Municipal: olhar o céu, emocionar as crianças e adultos e desvendar o Universo;
8. Implementação pioneira do Sistema Único de Saúde: ênfase na prevenção, gestão integrada e participativa; ampliação na oferta dos serviços de saúde;
9. Programa Primeiro Emprego, voltado à juventude;
10. Projeto Clarear, voltado à cidadania de pessoas com deficiência;
11. Programa do Idoso;
12. Implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
13. Implantação de varejões municipais: oferta de produtos hortifrutigranjeiros de boa qualidade e a preços acessíveis;
14. Criação e implementação da Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP: implantação de conjuntos habitacionais; usina de asfalto e apoio à autoconstrução com oferta de materiais a preço de custo;
15. Saneamento financeiro do SEMAE, pela recomposição tarifária e adoção da tarifa social;
16. Recuperação e ampliação da frota de veículos pesados;
17. Reforma Administrativa, para racionalizar e modernizar o serviço público;

18. Atualização da base de cálculo do IPTU e das alíquotas, com consulta à população, que permitiu a elevação das receitas próprias da Prefeitura;
19. Elaboração do Plano Diretor Urbano, com participação popular, e o seu encaminhamento à Câmara Municipal;
20. Recuperação das perdas salariais dos servidores públicos. Postura democrática e respeitosa diante de greve prolongada realizada pela categoria, na sua luta pela recomposição salarial;
21. Realização de concursos públicos, sobretudo para contratação de médicos, professores e merendeiras;
22. Oferecimento de café da manhã aos servidores públicos municipais;
23. Ampliação da rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários, bem como ampliação da rede de oferta de água tratada;
24. Obras pontuais nos bairros e áreas centrais da cidade de reestruturação da rede de águas pluviais para combate a inundações;
25. Projeto FelizCidade, mutirão de serviços, obras de manutenção e limpeza de próprios públicos nos bairros populares, com atividades esportivas e culturais e participação comunitária;
26. Recuperação das estradas rurais;
27. Reestruturação e modernização da Guarda Civil Municipal: auxílio ao público; pelotão escolar; pelotão ambiental; recrutamento feminino;
28. Transformação em aterro sanitário do lixo existente no bairro rural Pau Queimado, que recebia os resíduos sólidos da cidade num ambiente promíscuo, no qual catadores, com a presença de

crianças, para subsistência, separavam materiais para vender;

29. Projeto Cata-Cacareco: coleta de utensílios inservíveis residenciais, para reciclagem e destinação final.

Considerações finais

A esse conjunto de obras e projetos, ilustrativos da inversão de prioridades, somamos outro prenhe de iniciativas, que se tornaram emblemáticas no imaginário social e moldaram o legado do governo democrático-popular de Piracicaba, atravessando os anos até o presente.

Cabe asseverar que esse foi um governo republicano e rigorosamente ético, postura percebida com clareza pelo conjunto da população, mesmo nos redutos da Oposição. Erros administrativos podem ter sido cometidos, como é natural, mas jamais se contestou a lisura minha e da minha equipe. Consagrou-se um dito popular: “O Governo do Machado fez obras que ninguém vê e que não dão voto”.

A integração do sistema de transporte coletivo, de modo que o usuário pudesse pagar apenas um bilhete para se deslocar para qualquer ponto da cidade, foi uma iniciativa pioneira em termos nacionais, seguindo a pegada de Curitiba. Ademais, uma matéria de revista especializada trouxe o seguinte título: “Revolução no Canavial”⁴. Esse título diz tudo e assim foi percebido pela população.

Houve, também, a luta pela recuperação ambiental do Rio Piracicaba. O rio, como é público e notório, é o xodó da população piracicabana e a minha liderança na criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e

⁴Technin Bus, Ano 1, número 5, Jan-Fev 92.

Capivari, tendo sido seu primeiro presidente, cristalizou um amplo e histórico reconhecimento social em Piracicaba e, por que não dizer, esse projeto tornou-se (e ainda é) referência no país.

Houve a desapropriação e a posse do Engenho Central em 1989, edificação histórica, que fica na margem direita do Rio Piracicaba e que se tornou um polo cultural de significativa relevância local e regional. A Festa das Nações foi transferida para esse espaço e ganhou escala e visibilidade. Em dezembro de 1992, último ano de governo, foi inaugurada a Ponte Pênsil, que permite o acesso a esse próprio público pela margem esquerda do rio. O conjunto Engenho Central/Ponte Pênsil e sua simbiose com o rio e, modéstia à parte, é o mais badalado cartão-postal de Piracicaba.

O governo, literalmente um governo de “portas abertas”, abriu os braços para a população, criando canais efetivos de diálogo e participação cidadã, a exemplo das conferências. A implementação do Orçamento Participativo não foi um faz-de-conta e, a exemplo de outras cidades governadas pelo PT, representou um marco indiscutível. Até hoje pessoas que participaram do projeto, quando instadas, fazem questão de exibir, com orgulho, a sua credencial de Delegado(a) do Orçamento Participativo.

Apesar da crise nacional, com os seus impactos sociais aterradores, procuramos cultivar o otimismo no seio da população, promovendo uma atmosfera alegre e vibrante. Os desfiles de 7 de setembro, na rua Governador Pedro de Toledo, que atravessa o centro da cidade, apinhada de gente, voltaram a ser uma atividade obrigatória na cidade. Apoiamos as escolas de samba e realizamos, todos os anos, o Carnaval de Rua na Avenida Armando de Salles Oliveira, igualmente lotada. Esses eventos sempre contaram com a minha presença

e da minha esposa e dos componentes da equipe de governo. Nos bailes carnavalescos dos clubes mais populares, lá estavam minha esposa e eu como foliões. Era corriqueiro me verem nas festas promovidas nos bairros rurais. É verdade, eu era jovem e tinha muita saúde para essa maratona.

Em várias oportunidades, promovemos a vinda de personalidades para animar os debates sobre a conjuntura e os seus impactos e sobre políticas públicas. Vale a pena destacar as presenças de Lula, Paulo Freire, Luiza Erundina (Prefeita de São Paulo) e Celso Daniel (Prefeito de Santo André).

Escrevi aqui na primeira pessoa para facilidade discursiva, contudo, não posso encerrar o presente capítulo sem reconhecer que jamais poderia ter governado com eficiência, responsabilidade e viés progressista, que acredito meu governo ter alcançado, sem o protagonismo coletivo. Por outro lado, devo reconhecer também que, apesar de dura e por vezes implacável, a Oposição soube ser, reciprocamente, respeitosa comigo e com a minha equipe, proporcionando um relacionamento democrático e de alto nível.

Numa perspectiva democrático-popular, eu fiz o governo possível e me orgulho do que fiz.